



Apresentação do dossiê

A universidade como (corpo-)território: coletivos indígenas e políticas de (re) afirmação/ (re)ocupação de mundos

Célia Maria Foster Silvestre (UEMS/PPGANT - UFGD) - celiasilvestre@uems.br

Beatriz Landa (UEMS/PPGANT - UFGD) - bialanda@uems.br

Sirley Lizott Tedeschi (UEMS) - tedeschi@uems.br

A proposta deste dossiê surgiu como parte dos objetivos do projeto de pesquisa *Ensino superior, ecologia de saberes e presença indígena na UEMS: uma abordagem interdisciplinar*, que se dedicou a compreender vivências/experiências decorrentes da presença de estudantes indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, reunindo um grupo de pesquisadoras e pesquisadores de várias unidades de ensino superior desta instituição. O tema da pesquisa visava ampliar o espaço de reflexões a respeito da presença indígena na Universidade em Mato Grosso do Sul, estado com a terceira¹ maior população indígena do Brasil, e que recebe estudantes de várias etnias, especialmente Kaiowá e Guarani, coletivos internacionalmente conhecidos por relevantes registros etnográficos, pela situação de grave violação de seus direitos e, não menos, por suas lutas políticas em defesa de seus territórios ancestrais.

A pesquisa à qual nos referimos foi vinculada ao curso de Ciências Sociais da UEMS de Amambai, município no qual um terço da população integra os coletivos Kaiowá e Guarani, que passaram a constituir a maioria dos estudantes indígenas no curso, cujo projeto pedagógico não era específico e diferenciado. Para além disso, em nível nacional, vivíamos o doloroso cenário da pandemia de Covid/19, enquanto atravessa(va)mos, no Brasil, um momento de necropolítica, preenchido da lógica de que a "racionalidade da vida passe pela morte do outro" (Mbembe, 2020:20). Neste cenário, os grupos políticos no poder estiveram fortemente

¹ Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a maior população indígena é a do estado do Amazonas, a segunda é a do estado da Bahia e a terceira a de Mato Grosso do Sul (IBGE, 2023:90).



alinhados entorno do ataque à universidade pública, especialmente aos cursos de licenciatura, às áreas de humanas e mais ainda às Ciências Sociais, à negação aos direitos indígenas e “às ideias para adiar o fim do mundo” (Krenak, 2017).

Deste modo, o dossiê é fruto de muitas contribuições e foi pensado enquanto espaço de tessituras do olhar/refletir para/sobre a presença indígena na universidade. E, de início, reconhecemos que a proposta não teria se concretizado sem o acolhimento e dedicação da Comissão editorial da Revista Ñanduty, que nos sustentou em todas as etapas, até chegar à versão para publicação. Também não existiria se autoras e autores, indígenas e não indígenas, de muitas universidades e lugares do Brasil, não tivessem se disposto a tecê-lo conosco e atendido à nossa chamada para a apresentação de artigos.

Em perspectiva histórica, também não existiria se os coletivos indígenas não tivessem se colocado na luta pela educação escolar indígena e pela ocupação da universidade, de muitas e variadas formas, enquanto corpo-território de conhecimentos. Aqui, a frase é propositalmente ambígua. Seria a universidade um corpo-território de conhecimentos, ou seriam os corpos-territórios indígenas os repositórios de conhecimentos a adentrarem à universidade? De qualquer forma, a despeito das políticas públicas para acesso, permanência e conclusão de suas formações na universidade, para os e as indígenas têm sido continuamente um desafio.

Quanto à proposição do dossiê, se faz necessário, ainda, enfatizar o contexto vigoroso das lutas por educação escolar indígena e da formação de professores indígenas em Mato Grosso do Sul, tanto através de projetos específicos e diferenciados para esta formação, quanto de políticas públicas para ingresso e permanência de estudantes indígenas em cursos não específicos e diferenciados, mas também da agência histórica por parte do movimento indígena. Ainda assim, é possível perguntar qual é a abrangência e os efeitos transformadores destas políticas quanto à validação e reconhecimento dos corpos-territórios-conhecimentos indígenas na universidade.

Ao mencionar estes aspectos, temos a intenção de evidenciar o contexto que exige o buscar compreender quais são as implicações relacionadas a criar conhecimentos com estudantes indígenas e seus coletivos, já que considerar a especificidade de seus modos de ser, viver e conhecer implica em questionar a hegemonia do conhecimento científico ocidental e se abrir para outras cosmovisões. Em um contexto em que a humanidade vivencia eventos climáticos drásticos em função das práticas das sociedades capitalistas, cuja racionalidade



extirpou compreensões das possíveis relações entre humanos e não humanos, entre as dimensões natural, social e sobrenatural, produção sustentável e recíproca, os modos de viver praticados e enunciados pelos coletivos indígenas são valiosos e necessários com urgência (Krenak, 2017).

Não é possível minimizar os efeitos inerentes às historicidades e práticas do conhecer, entre as quais a universidade consolidou seu *modus operandi*, correlacionado à modernidade e legitimado em seus repertórios e metodologias. Quais são os efeitos desta episteme na compreensão do mundo por parte de sujeitos que vivenciam outras experiências de, nele, ser e estar? Até que ponto a presença de sujeitos/coletivos indígenas nos ambientes letrados conturbam/conurbam as fronteiras epistemológicas? É possível cavar brechas a partir das quais emergem outras formas de conhecimento? Estas e muitas outras são questões que surgem a partir de um olhar des-confiado dos bem estabelecidos cânones científicos e suas legitimidades eurocêntricas enquanto explicações de mundo. A presença indígena na universidade requer incluir as formas de conhecer ameríndias, em seus temas, arranjos, justa/contra/posições, para ampliar o olhar para as entradas/saídas para os muitos problemas que afetam, de formas diferentes, os distintos grupos humanos (Matarezzio Filho, 2015).

Estas não são reflexões recentes e vêm sendo dispostas há décadas por pensadores que se viram confrontados e confrontadas por suas experiências históricas a re-pensar os efeitos da colonização do conhecimento a partir das matrizes europeias (Lander, 2005). Perspectivas outras ressoam a partir de intelectuais indígenas e seus escritos, como João Paulo Barreto (2021), Ailton Krenak (2017), Eliel Benites (2021), Tonico Benites (2014), Davi Kopenawa & Bruce Albert (2015) e tantas outras contribuições significativas, como a de João Paulo Barreto que, em 2022, recebeu a premiação da CAPES pela melhor tese na área de Antropologia.

Foi pensando neste contexto vigoroso que apresentamos a chamada para este dossiê, com a intenção de promover o encontro das experiências da formação indígena no Brasil e potencializar o diálogo a respeito da temática. E foi com alegria que recebemos artigos de pessoas indígenas e não indígenas de várias regiões, que apresentam aspectos das políticas públicas, das vivências, dos conhecimentos ancestrais que transitam pela universidade nos corpos indígenas que nela adentram, mas também dos muitos desafios que devem enfrentar para nela estar.



Em autoria coletiva e quebrando paradigmas da escrita acadêmica individual, estudantes que integram coletivos indígenas Dessano, Pataxó, Pankararu, Atikum e Baniwa, integrantes do Núcleo de pesquisa NALDEIA, nos remetem à possibilidade de aldear a universidade, refletindo a respeito da presença de estudantes indígenas na UFSCAR, no texto *Coletivos e estudantes/pesquisadores(as) indígenas aldeando a Universidade Federal de São Carlos*. Marcos Jose de Aquino Pereira, Anacleide Assunção Costa Aguiar Dessano, Jocimara Braz de Araújo Pataxó, Pedro Manoel da Silva Santos Pankararu, Ivanildo da Silva Ferreira Baniwa e Vanessa Jacilda da Silva Atikum refletem sobre o processo de mobilização da indiagem, suas lutas por garantia de direitos e estratégias para aldear a UFSCar, a partir da presença destes estudantes na pós-graduação, nesta instituição.

Considerando as implicações da presença dos corpos-territórios indígenas na universidade, e o quanto - e tanto - essa dimensão se coloca para as mulheres Kaiowá e Guarani, Luana Lopes, com o texto *Nhemongueta mbo'eroiy rehegua: conversas sobre a escola/universidade* apresenta aspectos de sua pesquisa para a conclusão do curso de Ciências Sociais na UEMS de Amambai, desenvolvida na aldeia Sassoró, município de Tacuru, Mato Grosso do Sul. A partir da metodologia do *nhemongueta – conversa –* a autora desvenda que, para as mulheres desta aldeia, que fica a 100 quilômetros da universidade que frequentou, as dificuldades começam com as (im)possibilidades de concluir o ensino fundamental e médio e, portanto, para a maioria delas, a vida universitária é algo muito distante. Para Luana, o silêncio de várias das mulheres com as quais buscou dialogar trouxe o desejo de se encontrar com os possíveis das palavras e dar continuidade à sua pesquisa.

Por outro lado, e em outro contexto, Nanah Sanches Vieira, no artigo denominado *Corpo-território indígena mulher nas universidades brasileiras: a experiência vivida da colonialidade no cotidiano acadêmico e a insurgência na autoafirmação étnica*, partindo de uma perspectiva interseccional e decolonial, enfatiza as vozes das mulheres indígenas em universidades que, segundo a autora, ainda não se pensam a partir dos e com os povos indígenas que as integram, abordando as experiências e lutas por afirmação étnica dos corpos-territórios mulheres. A pesquisa desenvolvida na Universidade de São Paulo/USP, durante a pandemia de Covid/19, de 2020 a 2022, dimensionou que estas mulheres não apenas se reinventam como acadêmicas, mas contribuem fortemente para conhecimentos, projetos e agências políticas coletivas.



No artigo denominado *Autonomia e Interculturalidade. Uma experiência decolonial de educação indígena superior na UFAM*, Ivani Ferreira de Faria apresenta a experiência, na UFAM, da implantação e oferta do curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, sob a perspectiva de que a educação e a escola são dispositivos políticos de um povo e fundamentais para estes que vêm lutando e resistindo às violências físicas e simbólicas da colonização e das pressões da sociedade capitalista.

A universidade tem se pensado (e sido pensada) como sendo o *lócus* da universalidade do conhecimento, o que coloca alguns percalços neste entendimento, tanto no que se refere ao escopo, dimensão e representatividade deste conhecimento, quanto na dimensão do arcabouço teórico, metodológico e administrativo vivenciado na universidade. Estas dimensões provocam engessamento do formato de ingresso e na oferta dos cursos, a inacessibilidade a linguagens e metodologias de ensino/aprendizagem e tantas questões cotidianas que não consideram as distintas temporalidades, línguas, epistemes e contextos socioculturais próprios dos coletivos indígenas.

Neste caminho, avançamos para o texto de Luar Sateré-Mawé, *Diálogos interculturais: a psicologia da presença indígena nas universidades brasileiras - experiências, desafios e potencialidades na USP*, que, a partir de pesquisa bibliográfica e trabalhando com dados disponíveis em relatórios de um serviço de extensão que tem o objetivo de acompanhar estudantes indígenas no que se refere à saúde mental e bem estar no contexto urbano de São Paulo, analisa as políticas de ações afirmativas para estes coletivos, como o sistemas de cotas e programas de bolsas. Luar Sateré-Mawé entende que estas políticas têm contribuído para aumentar a presença indígena na universidade, em que ainda pese os desafios que os e as estudantes nela enfrentam. Reflete, ainda, a respeito das potencialidades epistemológicas que suas presenças trazem para a universidade, no sentido de desestabilizar os paradigmas hegemônicos, contribuindo para novas visões de mundo, coexistência de experiências e conhecimentos.

A respeito de Mato Grosso do Sul, Maria Aparecida de Oliveira apresenta o histórico de implantação e oferta do Curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu, curso específico para a formação de professores Kaiowá e Guarani, ofertado pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (a princípio com a participação de várias instituições parceiras, incluindo o Movimento de professores Kaiowá e Guarani), vigente desde 2007. Para a autora, a presença



dos coletivos indígenas na universidade é uma oportunidade de se deslocar dos bem estabelecidos lugares hegemônicos, rumo a outros lugares de produção de conhecimento. O vigor da luta dos Kaiowá e Guarani por seus territórios ancestrais constitui um *área - espaço/tempo -* relevante para se questionar o lugar histórico e social da universidade e suas relações com os coletivos que a integram. Ao destacar os desafios de pensar um currículo que dê conta das práticas culturais, das práticas curriculares, das relações estabelecidas de lugares distintos de conhecimento, nos mostra os desafios na construção de um diálogo intercultural e as tensões que são geradas quando adentram na universidade diferentes formas de conhecimento. Em meio a essas tensões e desafios, a universidade é forçada a se repensar e se reconstruir considerando o diálogo entre os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos científicos.

A interculturalidade crítica decolonial como alternativa para uma educação escolar indígena diferenciada e intercultural é tema de discussão de Eduardo dos Santos Rodrigues e Maria Raquel da Cruz Duran. O autor e a autora produzem uma reflexão sobre o desenvolvimento da educação escolar indígena diferenciada e intercultural, das diferentes concepções da interculturalidade e suas dificuldades de operacionalização. Destacam que, mesmo diante de várias experiências de educação escolar indígena no país, muitas dessas experiências continuam marcadas pela perspectiva colonizadora. Dentre os desafios a serem enfrentados mencionam uma melhor apropriação epistêmica da interculturalidade na educação escolar e do pensamento moderno colonial. Com base em revisão bibliográfica, os/as autores/as trazem contribuições para a compreensão da interculturalidade e da colonialidade e apontam que, embora avanços tenham sido conquistados em termos de políticas públicas, a interculturalidade crítica decolonial se mostra como uma alternativa para o fortalecimento da educação escolar Indígena e da autonomia desses grupos.

Antônio Hilário Aguilera Urquiza e Joelma Boaventura da Silva trazem para a discussão *A universidade pública brasileira contemporânea em face dos coletivos indígenas e o epistemicídio*. Salientam que, ao mesmo tempo em que a universidade é um dos espaços de inserção dos coletivos indígenas, esse mesmo espaço é marcado pelo epistemicídio, ou seja, uma forma de racismo contra os povos originários. Com base em revisão de literatura, apresentam, inicialmente, o caráter colonial das universidades na América Latina e os desafios para os coletivos indígenas que adentram nesse espaço, especialmente na última década.



Mostram que, se por um lado, a universidade é marcada pelo poder colonial e pelo epistemicídio, por outro lado, a presença indígena subverte esse espaço pelos movimentos de resistência que colocam em ação. Construir currículos interculturais é caminho para fortalecer a formação dos acadêmicos indígenas e prover novos quadros docentes que considerem a pluralidade de conhecimentos.

Em *A juventude Kaiowá e Guarani na aldeia Sassoró (MS)*, Rosiel Vilhalva Rodrigues analisa a juventude na concepção dos Kaiowá e Guarani. Busca compreender se essa categoria já existia nesse coletivo indígena, ou se foi/é apropriada recentemente. Para tanto, o autor, que é Kaiowá, falante da língua Guarani e residente na Aldeia Sassoró, conversou com pessoas mais velhas e jovens residentes na aldeia e aponta que a fase da juventude é complexa, rodeada de muitas dúvidas. Traz para o texto as compreensões das pessoas com as quais dialogou e aponta que, embora essa categoria seja bastante utilizada na contemporaneidade, é nova entre os e as Kaiowá e Guarani.

Adotando o título *Universidade pública contra os povos indígenas? A presença indígena Xavante na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara-MT, e a proposta do Museu “A'uwē Uptabi” de Campinápolis-MT*, Saulo Augusto de Moraes, Renato Fonseca de Arruda, Jairo Luís Fleck Falcão, Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira, Ronny Maleval Waamate Tserebuti, Atílio Assis Tsiwawêdzé Tserebuti e Osmar Hu'utewiri babati Tobrodí, apresentam o processo de luta indígena Xavante na constituição do Museu “A'uwē Uptabi” na cidade de Campinápolis, região nordeste do Mato Grosso. Concentraram a análise nas ações que se desdobraram a partir do ingresso de três estudantes Xavante no curso de pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara (MT), entre os anos de 2022 e 2023. Destacam, como um dos pontos fundamentais desse processo, o combate à apropriação que a memória colonizadora faz dos espaços institucionais, como é o caso dos museus, na busca por legitimar o discurso da colonização.

Hudson Romário Melo de Jesus Tupinambá, no artigo *Que mudanças os indígenas estão trazendo para a antropologia: olhares sobre a variedade de estilos de antropologia indígena no Brasil* reflete a respeito das reinvenções na/da antropologia. Mudanças significativas acontecem, segundo o autor, quando indígenas deixam de ser os problemas de pesquisa e passam a ser pesquisadores/autores, decorrendo daí uma antropologia indígena, com temas e repertórios conceituais engajados na luta por direitos indígenas.



O artigo intitulado *Por uma educação escolar sem “asa quebrada”*: rede de saberes e formação de professores-pesquisadores indígenas no ensino superior, de autoria de Carina Santos de Almeida e Elissandra Barros, analisa trajetórias e memórias a respeito da educação escolar tomando como referência distintas gerações dos povos Galibi-Marworno, Palikur-Arukwaynene e Wajãpi na Amazônia setentrional brasileira. Apresentando o histórico da educação escolar proposta pelo Serviço de Proteção ao Índio, SPI, integradora e civilizatória, impositora da língua portuguesa e dos conhecimentos ocidentais, as autoras trazem narrativas de pessoas de diversas idades para compreender os significados atribuídos à escola. A metáfora de "asa de passarinho quebrada" é poderosa para significar a experiência de medo, de violência, paralisação, que a educação escolar de cunho integracionista e colonialista provoca(va). Por outro lado, a metodologia utilizada favorece a compreensão quanto às transformações ensejadas pela formação intercultural de professores indígenas pesquisadores e a possibilidade de uma escola intercultural indígena.

Célia Maria Foster Silvestre, em *Ko'erõ kuarahy ouramo ikatu jajotopa. Ou, sobre os (des)encontros na universidade*, discute a respeito das (im)possibilidades de encontros interculturais na universidade e, nessa disposição e perspectiva, com os corpos/sujeitos que nela transitam, transformá-la em espaço de produção de conhecimentos para além do modelo nortecêntrico e colonialista que caracteriza a universidade brasileira.

Gustavo dos Santos Souza, Carlos Magno Naglis Vieira e Adir Casaro Nascimento no artigo denominado *A permanência de acadêmicos indígenas na universidade a partir do Programa Rede de Saberes: experiências decoloniais no espaço da UCDB* analisam os efeitos do Programa Rede de Saberes para o acesso e permanência de estudantes indígenas na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, tendo como objetivos identificar, no processo de criação do Programa Rede de Saberes da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, os efeitos e tensões relativas ao Programa; e, do ponto de vista teórico, as contribuições desta presença, via Rede de Saberes, suas potencialidades para uma universidade menos colonialista e eurocêntrica.

No artigo *Tehêys de pescaria do conhecimento: um olhar sobre os processos de retomada entre os Pataxós*, Ana Carolina Moreira Barcelos amplia o sentido de retomada, avançando tanto nos processos territoriais quanto nos aspectos simbólicos dos territórios da universidade com os e as estudantes que a ela adentram, da história e da língua de guerreiro -



Patxohã, tendo como referência os *tehêys - desenhos-narrativas - de pescaria do conhecimento* de D. Liça. A partir dos *tehêys* selecionados, a autora apresenta saberes e valores ancestrais do povo Pataxó, engendrados nas narrativas fortalecedoras das resistências, lutas e esperanças destes coletivos, a partir da arte.

Celuniel Valiente, Kaiowá, antropólogo, no artigo *Arandu rape – o caminho da sabedoria kaiowá*, aborda aspectos das socialidades ligadas ao conhecer e ao demonstrar conhecimento entre os Kaiowá. A disposição de tomar a palavra e expressar conhecimento, como se espera na universidade e em outros espaços públicos contrasta com a atitude de respeito que se espera por parte dos mais jovens diante dos sábios do seu povo. A sabedoria - arandu - também se expressa na arte de se calar, de esperar a hora de falar, maturar a palavra, saber o tom adequado para a fala, na perspectiva da pedagogia kaiowá. E esta é uma condição que se coloca para o/a estudante na universidade, espaço onde são instados/as a expressarem seus conhecimentos como parte das metodologias de ensino/aprendizagem, colocando em oposição esta pedagogia kaiowá e os procedimentos inerentes à produção do conhecimento universitário, o que gera atitudes de preconceito quanto aos estudantes kaiowá que são vistos como *otĩ* (tímidos/despreparados), quando na verdade, esta não é um atitude passiva, mas sim um recurso para acessar a sabedoria.

Demarcar a universidade apresenta-se, neste dossiê, em suas múltiplas referências - sociais, culturais, políticas, cosmológicas, pedagógicas, epistemológicas, espirituais. Neste sentido, acompanha a expectativa que tem sido enfatizada em todos os eventos em que estudantes indígenas estejam presentes e nos quais a temática do ensino superior é discutida, apontando para as lutas e os desafios diários a que estes/as representantes de seus povos estão submetidos em espaços que ainda é produtor de situações de racismo, preconceito e discriminação, mas também onde a força da ancestralidade se faz presente para que prossigam e concluam o ensino superior.

Os e as estudantes indígenas e suas pautas têm se tornado mais visíveis nas universidades públicas, embora o maior número de matrículas esteja nas privadas, conforme os dados oficiais. Esta visibilidade é resultante das ações afirmativas implementadas sistematicamente nas universidades brasileiras, especialmente a partir do início do século XXI que promoveram uma transformação no segmento discente inimaginável antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. O acesso de indivíduos e coletivos negros e indígenas intensificou-se por



meio da mobilização dos movimentos sociais que passaram a reivindicar acesso diferenciado para estes dois grupos que historicamente tiveram as possibilidades educacionais formais negadas por séculos.

As modalidades de ingresso são diferenciadas e foram construídas em cada universidade a partir de realidades também bastante diversas. Assim, licenciaturas interculturais, cotas, vagas suplementares, processos seletivos tradicionais (vestibular), acesso pelo Enem - Exame Nacional do Ensino Médio, cuja nota obtida passou a ser utilizada para o ingresso no ensino superior na maioria das instituições públicas do país pelo SISU - Sistema de Seleção Unificada, entre outras formas, passaram a ser discutidas com os movimentos indígenas que demandam vagas específicas no ensino superior.

A presença dos indígenas com a representatividade específica para cada povo tem descentrado as universidades de suas práticas hegemônicas, pois tornam-se suscetíveis a reflexões, críticas e contribuições para descolonizar o conhecimento construído a partir de uma única matriz epistemológica, além de transformar os sentidos e os efeitos desses conhecimentos. Problematizam o debate inter epistêmico, buscam incluir outros saberes para a superação do binarismo reducionista na produção da ciência por meio de outras práticas de pesquisa no qual a autoetnografia e a autobiografia são métodos valorizados, questionam as relações existentes entre indígenas e não indígenas, escancaram o desconhecimento sobre os povos indígenas e suas lutas históricas, aprofundamento e emersão de temas específicos às demandas e interesses indígenas. Inter-trans-culturalizam a universidade no qual estão presentes, além de um sem-número de outras possibilidades, estratégias e práticas colaborativas que têm buscado transformar estes espaços para responder adequadamente aos desafios deste segmento nos seus quadros discentes.

Referências

BARRETO, João Paulo Lima. 2021. Kumuã na kahtiroti-ukuse: uma “teoria” sobre o corpo e o conhecimento-prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro. 189 f. Tese. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus.

BENITES, Eliel. 2021. A busca pelo teko araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas kaiowá. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal da Grande Dourados.

BENITES, Tônico. 2014. Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de



seus tekoha. 270 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – PPGAS.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022. Indígenas. Primeiros resultados do universo*. 2023. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso: 06 jul. 2024.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. *A queda do céu*. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras.

KRENAK, Ailton. 2017. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

LANDER, Edgardo (Org). 2005. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em 04 jun. 2024.

MATAREZIO FILHO, E. T. 2015. De Lévi-Strauss aos índios na universidade: entrevista com Manuela Carneiro da Cunha. *Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 58, n. 2, p. 423-440. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2015.108685. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/108685>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MBEMBE, Achille. 2018. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições.